

LENDAS URBANAS: DISCURSO, COTIDIANO E VERDADE

Carlos Renato Lopes*

RESUMO: *Este artigo tem como objetivo discutir o gênero lendas urbanas como prática discursiva e em sua relação com questões da vida cotidiana e a construção de verdade. Analisa-se, em particular, uma dessas lendas em circulação na Internet desde 2001.*

PALAVRAS-CHAVE: *lendas urbanas; discurso; cotidiano; verdade; ensino de língua inglesa.*

Introdução

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa que tem como objeto de estudo o discurso de lendas urbanas contemporâneas, em especial as transmitidas via Internet na primeira metade da década de 2000. Dentro de uma perspectiva crítica de análise, levando em conta o discurso como prática social (e não somente em sua dimensão lingüística), e com base em autores contemporâneos de diversas áreas em suas teorias sobre o discurso e o conhecimento, são abordadas questões como a especificidade do gênero lenda, a construção da realidade no e pelo discurso, e as relações de poder e saber estabelecidas entre os sujeitos envolvidos.

Mais especificamente, o trabalho focaliza uma lenda envolvendo um suposto seqüestro-relâmpago, que me foi enviada por e-

* Universidade de São Paulo - USP. Doutorando.

mail em meados de 2001. A escolha dessa lenda se justifica em basicamente dois aspectos. Primeiramente, trata-se de uma narrativa que articula uma série de elementos prementes do nosso cotidiano, incluindo a violência, insegurança e doenças contagiosas. Em segundo lugar, o estudo de uma única lenda, embora evidentemente insuficiente à análise mais abrangente do gênero de discurso, serve didaticamente o propósito desse trabalho e se enquadra melhor aos limites deste.

O objetivo aqui é propor uma interpretação da lenda sob basicamente três pontos de vista: (1) o da natureza dialógica do gênero lenda e a multiplicidade de vozes dos seus discursos, (2) o da relação lenda-cotidiano, e (3) o das relações de poder encenadas pelos sujeitos ideologicamente e heterogeneamente constituídos no e pelo discurso da lenda. Para tal propósito, apóio-me em grande parte em trabalhos de Bakhtin, Motter, Bauman, Schaff e Foucault. Antes, traço uma breve discussão sobre o gênero lenda urbana, seguido da transcrição integral da mensagem eletrônica contendo a lenda em questão.

1. Lendas como narrativas

Roubos misteriosos de órgãos humanos para transplante, contaminações com HIV por agulhas infectadas em assentos de cinema ou telefones públicos, golpes de pneus furados em estacionamentos de shopping centers, aparições de imagens de santos em janelas de casas, supostas declarações bombásticas por celebridades em talk shows, correntes pedindo ajuda a crianças com leucemia, fornos microondas e telefones celulares cancerígenos: todos já ouvimos falar de histórias inusitadas como essas, “absurdas demais para ser verdade”, porém juradas veementemente como tal.

As chamadas lendas urbanas estão em todo lugar ao nosso redor. Elas nos chegam em conversas com amigos em que confia-

mos (ou não), nos jornais sensacionalistas (ou não), nos e-mails encaminhados por dezenas de remetentes anteriores, e até mesmo em filmes e outros produtos populares da mídia. Elas nos alcançam quando menos esperamos, e em alguns casos, mais do que provocar espanto ou surpresa, geram irritação e incredulidade, especialmente quando inundam nossas caixas de mensagens de correio eletrônicos.

Narrativas desse tipo vivem no nosso imaginário de modo intenso, ainda que de formas distintas. E assim me remeto à proposição do teórico alemão Walter Benjamin de que a narrativa está em vias de se acabar, que “a arte de narrar está definhando porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção” (1936/1987: 200-1). Mas talvez tão lugar-comum quanto essa “sentença de morte” nos tenha soado ao longo dos anos, deva ser a idéia oposta de que a narrativa vive, sim, na cultura e na maneira como as sociedades se conhecem e reconhecem. Dizer que a narrativa vive, de fato, é testemunhar que as formas de cultura popular, em especial aquelas que nos chegam pela mídia, ocupam lugar de destaque na construção das nossas identidades e relações sociais.

Os estudos acadêmicos que levam em conta esse papel importante da cultura popular já há algumas décadas têm se dedicado, se não às formas narrativas clássicas que Benjamin julgava agonizantes com a ascensão do romance, a “novas” experiências narrativas, de natureza mais fragmentada, afiliadas a gêneros e formatos diversos. Ainda que revisitem temas tão antigos à humanidade quanto a aparição de fantasmas, essas “novas” experiências dão alento continuado à prática do narrar.

A rigor, as lendas urbanas se constituem como narrativas pelo simples fato de que têm “uma história a contar”, uma experiência a reportar. Os modos de transmissão dessas histórias, no entanto, é variado. Elas podem estar encaixadas em uma conversa cujo tema principal não seja a lenda propriamente dita; podem vir na forma de um “conto de precaução” (*cautionary tales*); podem suscitar uma

ação imediata, como no caso das correntes; ou podem ainda se resumir a uma espécie de “lenda de rumor”, algo na linha de “Você sabia que essa música dos Beatles, quando tocada ao contrário, contém uma mensagem demoníaca anunciando a morte de Paul McCartney?” ou “Os hambúrgueres do McDonald’s não são feitos de carne bovina, mas de minhoca.” Conforme aponta Bill Ellis, não existem histórias “básicas”, subjacentes em uma estrutura profunda, a partir das quais vão surgindo versões diferentes, mas sim um conjunto ilimitado de possíveis narrativas com as quais o intérprete (seja ele o estudioso, o contador de histórias, ou a própria platéia) possa vir a associá-las. E acrescenta:

O que é mais importante, existe também um conjunto ilimitado de narrativas possíveis que cada um das partes poderia construir no futuro *em resposta* a essas narrativas existentes. Isso quer dizer que o que quer que proponhamos como sendo “uma lenda” não é uma trama subjacente mas sim um ímpeto social de criar novas narrativas no formato das antigas. (Ellis 2001: 8)¹

Isso demonstra como o estudo de tais lendas não se deve ater a textos fechados, isto é, versões estruturadas ou resumidas de histórias tal como são apresentadas por folcloristas nas enciclopédias do gênero. Como toda narrativa, de resto, as lendas urbanas devem ser estudadas como processos sócio-discursivos, com atenção especial aos mecanismos de produção/recepção nos quais circulam, bem como a questões ideológicas indissociáveis desse processo. Segundo Ben-Amos, o folclore, domínio ao qual o estudo das lendas tradicionalmente se associa na Europa e na América do Norte, não se pode resumir a um amontoado de textos impressos tomados isoladamente e em abstrato, mas sim deve ser visto como um processo comuni-

¹ Todas as citações de bibliografia em inglês neste trabalho são traduções minhas.

cativo localizado em um contexto cultural determinado. Dentro dessa perspectiva, nos diz o autor, “a narração é a narrativa; portanto, o narrador, sua história e seu público estão todas relacionadas entre si como componentes de um único contínuo” (1972 *apud* Ellis 2001: 4).

De fato, a prática de contar e discutir lendas urbanas nos posiciona como sujeitos cujo papel vai além do julgamento imediato da veracidade ou falsidade das histórias. Essa prática pode nos ajudar a perceber o que é que em nosso “mundo cotidiano” tanto mobiliza a circulação de tais histórias; perceber que anseios, que preocupações e que questões estão em jogo; perceber, enfim, que discursos estão sendo construídos e (re)afirmados através dessas histórias. Aristóteles em sua *Arte Poética* já propunha que a narrativa ao mesmo tempo que exige um elemento de reconhecimento, isto é, algo que nos soa familiar e conhecido, também nos apresenta uma reversão, uma mudança no destino (a peripécia). Daí que as narrativas – incluídas aí, as lendas urbanas – “sobrevivem em parte porque ela nos lembram do que sabemos e em parte porque ela nos chama de volta para o que nós consideramos significativo” (Fulford 1999: 3).

A estudiosa do folclore Linda Dégh vai mais longe ao afirmar, de modo um tanto positivista talvez, que as lendas tratam de preocupações universais, das questões mais cruciais do mundo e da vida humana. Segundo a autora, as lendas suscitam perguntas do tipo:

A ordem do mundo é mesmo essa que nos ensinaram? Podemos esperar que a vida irá seguir seu curso como aprendemos que ela deveria? Nós conhecemos as forças que regulam o universo e a nossa vida, ou existem dimensões escondidas que podem desviar o fluxo causal e racional das coisas? E se há forças desconhecidas, podem elas ser identificadas, alteradas, evitadas ou exploradas em nosso benefício? (Dégh 2001: 2)

Ceticismo, ironia, ansiedade, pavor: seja qual for a atitude que adotemos diante das lendas urbanas e sua “improvável veracidade”, ela haverá de ser resultado de um reconhecimento e ao mesmo tempo de um desconforto com algo que “não se encaixa bem” na ordem das coisas que cremos natural.

Algo, aliás, parece não se encaixar bem nesta mensagem a mim enviada por um conhecido no dia 31 de julho de 2001:

AVISO MUITO IMPORTANTE!

ENVIE ESTA MENSAGEM PARA TODOS DA SUA LISTA! CASOS DO TIPO ESTÃO OCORRENDO POR TODA AMÉRICA LATINA. OS PRIMEIROS RUMORES SURGIRAM NO URUGUAI, E O MESMO ACONTECEU NO BRASIL. SÓ NO ANO PASSADO, 23 CASOS SEMELHANTES OCORRERAM NO PAÍS, 12 SÓ NO ESTADO DE SÃO PAULO.

A POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO JÁ ESTÁ AVISANDO A POPULAÇÃO: NÃO PASSE EM FRENTE DE CONSTRUÇÕES OU CAÇAMBAS DE LIXO!

A MAIORIA DOS RELATOS CONSTAM QUE TAL FATO ACONTECE NO PERÍODO NOTURNO, QUANDO AS PESSOAS, PRINCIPALMENTE CRIANÇAS OU ADOLESCENTES DE 13 A 20 ANOS, ESTÃO ANDANDO PELAS RUAS.

O ÚLTIMO CASO OCORREU COM UM GAROTO DE 15 ANOS, NO RIO DE JANEIRO:

Ele estava voltando para casa, quando viu um bebê chorando dentro de uma construção. Ao entrar e se aproximar da criança, ele recebeu uma tijolada na cabeça e desmaiou.

Algumas horas depois ele se encontrava vendado no porta-malas de um carro em movimento. Depois, num galpão, ainda vendado, foi posto um pano, contendo uma substância química, em seu nariz e boca, para que ele desmaiasse.

Os seqüestradores ligam para família do garoto pedindo uma certa quantia para o resgate.

Com a quantia paga, os seqüestradores jogaram o menino, amarrado, em plena madrugada em frente a casa da família (tudo indica que eles já perseguiram o garoto há tempos).

Até aí, normal, acontece que o garoto começa a passar mal algumas semanas depois... A família encontrou uma estranha cicatriz na barriga dele e o levou para o hospital para os médicos examinarem.

A surpresa foi que lá dentro, eles encontraram um bilhete plastificado com a seguinte frase:

"O dinheiro pode salvar a vida de seu filho, mas não pode poupá-lo da morte."

Depois de alguns exames, descobriram que o garoto estava infectado com várias doenças, como Tuberculose, Mal de Chagas e até HIV positivo!! O garoto se lembra de ter levado picadas no corpo que seriam, supostamente, seringas contendo tais doenças!

CASOS COMO ESTE ESTÃO OCORRENDO PELO BRASIL INTEIRO, ATÉ EM BAIROS NOBRES!

GERALMENTE AS QUANTIAS PARA O RESGATE SÃO BAIXAS, VARIANDO DE 100 PARA 500 REAIS.

A POLÍCIA PEDE A TODOS PARA FICAREM ATENTOS, AINDA MAIS AGORA COM AS RUAS ESCURAS POR CAUSA DO APAGÃO!

CASOS COMO ESTE OCORREM TODA SEMANA. ACREDITAM QUE O TAL "BEBÊ CHORÃO" POSSA SER FILHO DOS SEQÜESTRADORES OU ATÉ MESMO NÃO EXISTA, SENDO APENAS VOZES DELES!

CASOS VARIAM PARA MULHERES CHORANDO TAMBÉM! ALGUNS RELATAM APENAS UMA VELA OU LANTERNA ACESA DENTRO DA CONSTRUÇÃO!

NÃO É BRINCADEIRA! O AVISO É SÉRIO E DEVEMOS TODOS FICARMOS ATENTOS NAS RUAS! A POLÍCIA ALERTA!

PASSE ESTA MENSAGEM ADIANTE PARA TODOS COM QUEM VOCÊ SE IMPORTA! IMPRIMA ESTA MENSAGEM E COLOQUE-A NOS ELEVADORES DE SEU PRÉDIO OU PELOS POSTES DE SEU BAIRRO OU CONDOMÍNIO! QUANTO MAIS SE ESPALHAR, MAIS CHANCE TEMOS DE VENCER CONTRA ESTAS TERRÍVEIS PESSOAS!

Com o título urgente de “**AVISO IMPORTANTE**” em letras maiúsculas e negritadas, a mensagem mobiliza uma série de preocupações e anseios que povoam o imaginário coletivo de uma grande cidade, e faz um apelo direto a pessoas que, como o adolescente, podem passar pela mesma situação a qualquer momento, quando menos esperam. Além disso, para corroborar a história narrada, recorre-se a elementos de uma “realidade social concreta” que funcionam como autenticadores do discurso: a estatística do número de vítimas desse tipo de crime no Brasil, a intervenção da Polícia do Estado de São Paulo, a faixa etária preferencial das vítimas, o valor médio dos resgates e até mesmo o famigerado apagão de 2001, fato recente e, na época do envio da mensagem, bastante presente na memória coletiva dos brasileiros.

Mas para melhor entendermos como é construída essa “teia de verdades” que pretende colocar toda uma comunidade de internautas (e outras pessoas a elas ligadas) em estado de alerta, passemos a uma discussão das vertentes teóricas que irão, neste trabalho, nos auxiliar na compreensão das lendas urbanas, e a partir daí, ir estabelecendo uma ponte entre a mensagem e os pontos principais a serem discutidos nessas teorias. A começar, vejamos o que as teorias de discurso nos têm a contribuir.

2. Lendas como (inter)discurso

A Análise do Discurso de linha francesa AD, na tradição de Pêcheux e Maingueneau, vem propondo ao longo das últimas três

ou quatro décadas uma articulação fundamental e constitutiva entre os conceitos de ideologia, sujeito e discurso (Orlandi: 1999). Dentro dessa tradição, o discurso é entendido como a prática social em que falantes, ao usar a língua, se tornam sujeitos ideologicamente situados. Ideologia, aqui, coincide com o domínio dos signos, quer dizer, é vista como uma maneira de significar o mundo, recortar a realidade. O discurso é, nesse sentido, o trabalho sócio-ideológico no qual sujeitos significam e se significam, em um processo de constante construção da realidade e de suas identidades. Esses sujeitos circulam por uma série de formações discursivas – conjuntos de regras anônimas do que se deve ou não dizer em determinados contextos – que constituem sua identidade ao mesmo tempo em que são constantemente modificadas pela intervenção desses sujeitos.

De uma fase inicial mais esquemática (ou dita mecanicista), a AD chegou gradualmente ao ponto de definir todo discurso como interdiscurso, isto é, como um “tecido de vozes” diferentes dentro de uma unidade. Conforme aponta Grigoletto, “o interdiscurso é o domínio do dizível que constitui as formações discursivas. Ou seja, o que pode ser dito em cada formação discursiva depende daquilo que é ideologicamente formulável no espaço do interdiscurso” (2002: 34). Dessa forma, o interdiscurso constitui a própria condição de existência dos discursos, com os sentidos se construindo nessa zona de contato entre os dizeres.

A primazia do interdiscurso evidencia a natureza constitutivamente dialógica da linguagem proposta por Bakhtin. Segundo o autor, cada vez que falamos, inserimo-nos dentro de um fluxo de linguagem que já carrega em si valores e significados construídos socialmente. As nossas palavras fazem sempre ressoar, em grau mais ou menos visível, as vozes dos outros, ao mesmo tempo em que revestimos essas palavras com valores circunstanciais, únicos ao momento de produção do enunciado. Toda e qualquer troca lingüística se insere em uma cadeia histórica de interação verbal do qual se tornará um elo, antecipando suas respostas e reto-

mando suas fontes. No entender do autor, qualquer enunciado, diálogo ou obra:

visa a resposta do outro (dos outros), uma compreensão responsiva ativa, e para tanto adota todas as espécies de formas: busca exercer uma influência didática sobre o leitor, convencê-lo, suscitar sua apreciação crítica, influir sobre êmulos e continuadores, etc. A obra predetermina as posições responsivas do outro nas complexas condições de comunicação verbal de uma dada esfera cultural. A obra é um elo na cadeia da comunicação verbal: do mesmo modo que a réplica do diálogo, ela se relaciona com as outras obras-enunciados: com aquelas a que ela responde e com aquelas que lhe respondem, e, ao mesmo tempo, nisso semelhante à réplica do diálogo, a obra está separada das outras pela fronteira absoluta da alternância dos sujeitos falantes. (*Bakhtin 1952-3/2000*)

Assim, a linguagem pode ser entendida como dialógica sob dois aspectos: 1º) é dialógica porque envolve a interação entre sujeitos, ainda que de forma potencial – no nosso caso aqui, narrador e platéia das lendas; 2º) é dialógica porque promove um diálogo entre textos, de tal forma que o discurso é constituído sempre a partir de sua exterioridade. Conforme aponta Brait (1997: 98), é sob esse segundo ponto de vista que podemos interpretar o dialogismo como “o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem”.

Com base nesses pressupostos, os gêneros do discurso passam a ser vistos não como conjuntos estáveis de textos compostos de características pré-determinadas, mas antes como formas de conhecimento em constante construção, abertas (em maior ou menor grau) à ação negociativa do interdiscurso. Em outras palavras, os gêneros do discurso são constitutivamente heterogêneos e dialógicos:

dependem de um “pacto” entre interlocutores para serem reconhecidos e compartilhados.

Assim, proponho que também as lendas urbanas devam ser analisadas como interdiscurso. Cabe ao pesquisador adotar uma abordagem que vai além da linearidade dos textos, um movimento que traga para dentro da análise uma investigação das condições de produção/recepção das narrativas, das posições subjetivas que se constroem no e ao redor do *evento* da transmissão, dos discursos que se fazem ouvir nos textos selecionados, e dos signos que evidenciam o diálogo entre esses discursos.

Retomando nossa narrativa sobre o crime em frente à construção, é possível apontar desde já apontar uma coexistência de diferentes gêneros e modalidades discursivas em um texto que se apresenta basicamente como um alerta à população.

Encontramos aí, certamente, um elemento de jornalismo policial-investigativo, caracterizado pela descrição de elementos referenciais autenticadores já anteriormente apontados (estatísticas, a ação da polícia, o apagão, etc.), que vêm destacados no texto em letras maiúsculas em duas seções: uma no começo e outra no final. No entanto, parte dessas seções garrafais deixa entrever um tom informal, por vezes vago, associado ao discurso oral dos rumores, dos apelos urgentes e precipitados que possamos fazer aos nossos amigos ou familiares. Assim, num registro bem informal, predomina o uso de exclamações (“... AINDA MAIS AGORA COM AS RUAS ESCURAS POR CAUSA DO APAGÃO!”; “NÃO É BRINCADEIRA!”; “A POLÍCIA ALERTA!”) e de referências imprecisas (“CASOS DO TIPO ESTÃO OCORRENDO EM TODA AMÉRICA LATINA”; “PELO BRASIL INTEIRO, ATÉ EM BAIROS NOBRES!”; “IMPRIMA ESTA MENSAGEM E COLOQUE-A NOS ELEVADORES DE SEU PRÉDIO OU PELOS POSTES DE SEU BAIRRO OU CONDOMÍNIO!”). Para se atingir o maior número possível de pessoas – ou uma *atitude responsiva* abrangente, para usar os termos de Bakhtin –, o discurso é marca-

do por generalizações tais cujo efeito é o de inclusão numa rede de suspeitas e perigos dos quais quase ninguém pode escapar.

O corpo da narrativa em si, localizado bem no centro da mensagem, também se apresenta heterogeneamente, embora sob a aparência de uma simples “narrativa seqüencial dos fatos”. Nele encontramos alguns elementos típicos de uma narrativa cronológica, como o uso de marcadores de tempo (“quando”, “Algumas horas depois”, “Depois”) e de participios e locuções com um efeito “acelerador” do ritmo da narrativa (“Ao entrar e se aproximar da criança”, “foi posto um pano”, “Com a quantia paga”). Há ainda o recurso da alternância de tempos verbais com o efeito – sem critérios muito definidos, aliás – de aproximação entre interlocutores e fato narrado (“Os seqüestradores ligam para a família do garoto pedindo uma certa quantia para o resgate. Com a quantia paga, os seqüestradores jogaram o menino, amarrado, em plena madrugada...”; “O garoto se lembra de ter levado picadas no corpo...”).

Mas há também a intervenção mais “subjetiva” do narrador, que vai deixando ouvir sua voz ao longo dessa narrativa, como podemos observar nos parênteses “(tudo indica que eles já perseguiram o garoto há tempos)” ou na seqüência “Até aí, normal, acontece que o garoto começa a passar mal...”. Mais uma vez, elementos de uma oralidade persuasiva se misturam a um relato aparentemente objetivo e jornalístico dos fatos (que teoricamente apagaria a marca do sujeito enunciador). Somos colocados, como leitores-consumidores da mensagem, na posição de iguais ao enunciador. Fazemos parte como que de uma mesma comunidade projetada, cujos membros estão potencialmente ameaçados e sujeitos aos mesmos perigos, independentemente de seus extratos sócio-econômicos.

O interdiscurso se dá, no entanto, para além da (sempre presente) coexistência de discursos no plano da materialidade lingüística. Se pensarmos nos termos do dialogismo bakhtiniano, veremos como essa mensagem se inscreve num fluxo permanente de outras mensagens, outros discursos que já nos alertaram antes sobre ou-

tros perigos, mais ou menos críveis, mais ou menos substanciados, mas que contribuíram para a construção de um efeito urgente e cumulativo de realidade social, uma espécie de cultura do medo que se alimenta de fatos mas também de narrativas como essa, num processo dialético de significação.

3. Lendas como formas do cotidiano

Visto como uma rica e complexa prática social, em que sujeitos se vêem confrontados com suas representações da realidade social e do mundo “urgente” que os cerca, o processo discursivo das lendas urbanas justifica, de fato, uma análise alentada e tão criteriosa quanto a de gêneros mais “consagrados”, como as narrativas mitológicas e os contos de fada, por exemplo. Como já afirmava Dorson:

Uma vez que se propõem históricas e factuais, [as lendas] devem ser associadas na mente da comunidade com algum indivíduo conhecido, marco geográfico ou episódio particular. Todos ou muitos dos membros de um dado grupo social terão ouvido falar da tradição e podem se lembrar dela de forma breve ou elaborada. Esse é de fato um dos principais testes da lenda: que ela seja conhecida por um número de pessoas unidas em sua área de residência, ocupação, nacionalidade ou crença. (Dorson: 1968 apud Dégh *op. cit.*: 43)

E é esse elemento de reconhecimento da lenda pelos membros de uma comunidade específica que pretendo abordar mais de perto nesta seção. Ele nos remete a uma discussão sobre o caráter de naturalização que está no rastro do conceito de cotidianidade (Heller 1985; Lefèbvre 1991). Assim como o mito, o discurso que veicula a lenda urbana é produzido e transmitido como um sistema factual, que apaga a história ao mesmo tempo em que, de uma maneira só aparentemente contraditória, insere seus sujeitos (interlocutores)

numa rede de reconhecimento e aceitação que constitui o próprio material de que o cotidiano é feito. Em outras palavras, constrói-se uma visão do mundo que se deve crer natural, e não contingente – “é assim, e assim que sempre foi” – sem que nem tenhamos chance de parar para questionar essa mesma presunção. O efeito naturalizador parece mais intenso ainda quando o elemento extraordinário, trágico ou fora do comum se torna parte de uma rotina sempre presente e sempre ameaçadora: a rotina dos assaltos a mão armada, dos seqüestros relâmpagos, da violência no trânsito, dos crimes banais, dos passionais e outros afins.

Nesse sentido, acredito que com as lendas urbanas se dá um processo semelhante ao que aponta Motter sobre a relação entre imprensa e cotidiano: o extraordinário, tantas vezes enfatizada pela mídia impressa, acaba se tornando o ordinário, banalizado pela repetição e o hábito. O habitual confunde-se com o natural e o natural se identifica com o racional, num movimento que dissipa as contradições. Isso explicaria, em parte, a batalha de instituições pela atenção e controle da vida cotidiana, na medida em que esta abarca praticamente a totalidade das instâncias de ação social do homem moderno. Como nos mostra a autora,

A saturação de “informações” fragmentárias, o trabalho de construção de um imaginário que sature o presente é tarefa que as instituições e os meios de comunicação se empenham em cumprir como forma de promover a diluição e o apagamento da memória coletiva. (Motter 2001.: 43)

Talvez não no mesmo nível de poder que essas instituições legitimadas – o jornal impresso, o televisivo, e o de rádio, entre outros – as comunidades de internautas, ao mesmo tempo em que criam e reforçam o senso de “pertencimento reconfortante a uma comunidade”, inserem-se na cotidianidade e funcionam como mecanismos reguladores da produção e circulação de sentidos, construindo suas próprias versões (mais ou menos aterradoras) da reali-

dade social por meio de mensagens como a que estamos analisando aqui.

Como bem aponta Bauman em seu livro *Comunidade – A busca por segurança no mundo atual*, em uma sociedade marcada pela heterogeneidade e pelo advento da comunicação eletrônica como a em que vivemos, o entendimento “natural” que pressupõe a identidade e coesão entre os membros de uma comunidade sofre um golpe fatal. As comunidade precisam então ser re(inventadas):

...toda unidade precisa ser *construída*; o acordo “artificialmente produzido” é a única forma disponível de unidade. O entendimento comum só pode ser uma realização, alcançada (se for) ao fim de longa e tortuosa argumentação e persuasão, e em competição com um número indefinido de outras potencialidades – todas atraindo a atenção e cada uma delas prometendo uma variedade melhor (mais correta, mais eficaz ou mais agradável) de tarefas e soluções para os problemas da vida. E, se alcançado, o acordo comum nunca estará livre da memória dessas lutas passadas e das escolhas feitas no curso delas. (*Bauman op. cit.: 19*)

No caso do nosso adolescente de 15 anos, vítima de seqüestro e acometido de doenças das mais diversas espécies (“Tuberculose, Mal de Chagas e até HIV positivo!!”), há motivos suficientes para se suspeitar. E a suspeita vem da nossa própria configuração do *cotidiano*, daquilo que corresponde, pelo menos em nosso “conhecimento do mundo”, do que corresponde ou não aos fatos, enfim do que se pode ou não acreditar. Assim, “é verdade” que estamos expostos a perigos os mais imprevisíveis numa cidade grande. Julgamos que pode, sim, haver tocaias em terrenos baldios, e que pessoas mal-intencionadas podem, sim, ser capazes de artifícios como se esconder por detrás de caçambas de lixo para mais facilmente abordar suas vítimas. Ainda como nos lembra Bauman:



Ouvimos muito e em toda parte sobre as ameaças ao que protege as ruas, casas e corpos, e o que ouvimos parece concordar com nossa experiência cotidiana, com as coisas que vemos com nossos próprios olhos. (...) [A] crença em que a vida urbana está eivada de perigos e em que livrar as ruas dos ostensivos e ameaçadores estranhos é a mais urgente das medidas destinadas a restaurar a segurança que falta aparece como verdade evidente por si mesma, que não precisa provas e nem admite discussões. (*Bauman op.cit.: 130-1*)

Entretanto, o interesse em contaminar o jovem com doenças que, diferentemente do dinheiro, não podem “poupá-lo da morte”, e em avisar a família por meio de um bilhete plastificado costurado dentro de sua barriga, introduz na história um elemento de vingança gratuita que deve encontrar pouco eco numa sociedade que se apressa em apontar as causas e conseqüências não contingenciais de seus males.

Ora, se o efeito é, com o elemento mais que extraordinário – isto é, a vingança contra o adolescente com dinheiro – acentuar o pânico e suscitar nas pessoas uma suposta maior consciência de suas vulnerabilidades, talvez a lenda tenha aqui a sua especificidade revelada, distinguindo-a, por exemplo, da rotineira e não-tão-surpreendente-assim coluna policial diária. O quanto esse efeito é capaz, no entanto, de se sobrepujar à nossa descrença e a tentação de descartar essa história como mais uma “bobagem que mandam pela Internet” é difícil precisar.

Suspender o efeito de cotidianidade, estar atento à “memória dessas lutas passadas e das escolhas feitas no curso delas”, enfim, constituiria uma possibilidade de reflexão crítica sobre a ação homogeneizante e naturalizadora das diversas formas de controle social, incluindo aí a circulação das lendas urbanas. A julgar, no entanto, pela freqüência e alcance que essas mensagens parecem ter, algumas delas tendo sidas enviadas mais que uma vez por dife-

rentes pessoas em espaçados períodos de tempo, levanta a questão de o quanto as pessoas têm se mostrado realmente capazes de e dispostas a suspender esse efeito impregnante de cotidianidade.

4. Lendas como (vontade de) verdade

Quando tratamos de lendas urbanas, dificilmente podemos ignorar a questão da verdade que as atravessa. Ela pode aparecer já na própria formulação da narrativa, quando o autor garante que irá contar o que “realmente aconteceu”. Ela pode aparecer também nas reações das pessoas que ouvem ou lêem as narrativas, nas formas de incredulidade veemente, dúvida ou crença incondicional. De qualquer maneira, a lenda urbana como gênero é atravessada pela “vontade de verdade” que está na própria base do conhecimento. Como afirma Foucault, para nos certificarmos de nosso lugar em relação à ordem das coisas e da nossa dependência ou independência em relação aos acontecimentos que se possam produzir, “precisamos de ‘discurso’: de *logoi*, entendidos como discursos verdadeiros e racionais” (1997: 127).

Segundo o autor, toda prática discursiva tem a capacidade de gerar efeitos de verdade mais ou menos potentes e duradouros. Tal possibilidade de criação de efeitos de verdade no e pelo discurso se deve a um elemento inescapável aos sujeitos desse discurso: o desejo da verdade (*will to truth*). O desejo da verdade, originário da divisão historicamente construída entre verdadeiro e falso, nada mais é do que o desejo excludor do poder. O discurso “verdadeiro”, assim, não passa de uma ilusão necessária para que os sujeitos lutem pelo poder. E é importante entender como essa luta se dá no interior mesmo do discurso: não podemos enxergar a “verdade” pois sempre-já nos alocamos a uma posição de sujeito circunstanciado ao enunciarmos o que quer que seja. No ensaio “A Ordem do Discurso”, Foucault conclui que o discurso verdadeiro:

não é mais, com efeito, desde o gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder; na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la. (Foucault 1996: 20)

Note-se, em particular, que a vontade de verdade aqui aponta mais para questões que envolvem o sujeito em sociedade que propriamente para a decifração de pensamentos, representações e desejos individuais. Nessa mesma perspectiva é possível entender a tese de Whatley e Henken de que:

a verdade ou falsidade “objetiva” ou “científica” [do folclore] pode não ser seu aspecto mais importante. O que pode ser mais importante é a “verdade” que o folclore reflete sobre as atitudes, medos e crenças de um grupo, os quais por sua vez forjam e mantêm a identidade daquele grupo. (Whatley e Henken 2000: 5)

O rumor de que pessoas tenham sido seqüestradas ao passar em frente a construções e então cruelmente contaminadas com doenças incluindo a AIDS pode não ter base alguma em *fatos*, mas ele reflete a *verdade* de que em um determinado momento da história recente os seqüestros relâmpagos e a AIDS paira(va)m na sociedade como uma ameaça próxima e constante, podendo atingir a todos indiscriminadamente².

² O exemplo e o raciocínio são análogos aos que as autoras propõem envolvendo o suposto uso deliberado do vírus da AIDS por políticas racistas com o objetivo de dizimar comunidades afro-americanas nos Estados Unidos.

Evoco ainda aqui o pensamento segundo o qual o sujeito tem um papel ativo no processo do conhecimento, que se dá no conjunto das relações sociais. O sujeito sempre introduz no conhecimento um elemento subjetivo, construído a partir de seu condicionamento social. Nas palavras de Schaff, “esta contribuição do sujeito explica as diferenças existentes não só na avaliação e interpretação dos fatos, mas também na percepção (articulação) e na descrição da realidade” (1978: 83). O conhecimento é, nesse sentido, uma prática social, e a “objetividade” existe apenas enquanto propriedade relativa do conhecimento.

Levando em consideração essas observações, ao olhar mais uma vez para a lenda que vimos analisando, podemos entender melhor a insistência com que o sujeito enunciador coloca o problema, a maneira como apela para a ação abrangente e imediata de seus leitores (“CASOS COMO ESTE OCORREM TODA SEMANA”, “PASSE ESTA MENSAGEM ADIANTE PARA TODOS COM QUEM VOCÊ SE IMPORTA!”, “QUANTO MAIS SE ESPALHAR, MAIS CHANCE TEMOS DE VENCER CONTRA ESTAS TERRÍVEIS. PESSOAS!”). O poder de convencimento da verdade dos fatos relatados vem indissociada do poder de influência reclamado pelo sujeito enunciador sobre as pessoas que pretende atingir com sua mensagem. Sujeito e objeto do conhecimento não mais se distinguem claramente, ou como aponta Schaff, “a ‘coisa em si’ se torna, no processo do conhecimento, uma ‘coisa para nós’” (op. cit.: 85). O relato “objetivo” dos fatos, portanto, é insuficiente para o enunciador assegurar seu poder de dizer a verdade. Essa verdade precisa ser construída e sustentada pela ação mesmo de uma *vontade* de verdade, que se exerce na prática discursiva, no trabalho mesmo da linguagem. Aos leitores cabe jogar o jogo ou recusar-se a jogá-lo.

De fato, o poder conforme o preconiza Foucault não é prerrogativa de sujeitos pré-estabelecidos como poderosos – no nosso caso aqui, o narrador que *conhece a verdade* do que está acontecendo em oposição aos pobres incautos que precisa alertar – ; isto é, nenhum

sujeito *detém* o poder de antemão. O poder não é um fato localizável, mas uma relação que se dá dentro do discurso, engendrando seus saberes, suas verdades e também suas resistências. Nesse sentido, não se pode pensar no poder como algo que se impõe do lado de fora, mas algo que se movimenta e se negocia dentro de uma dada estrutura social.

Retomando ainda Schaff, numa conclusão corolária, o conhecimento se dá como um processo aproximativo e cumulativo:

O conhecimento é pois um processo infinito, mas um processo acumulando as verdades parciais que a humanidade estabelece nas diversas fases do seu desenvolvimento histórico: alargando, limitando, superando estas verdades parciais, o conhecimento baseia-se sempre nelas e toma-as como ponto de partida para um novo desenvolvimento. (*Schaff op. cit. : 97*)

Não obstante, as tentativas de investigar o fenômeno das lendas urbanas freqüentemente salientam a questão da veracidade *versus* falsidade definitiva das histórias como a razão de ser das lendas, como se essas dependessem exclusivamente de um veredicto “objetivo-científico” para se sustentar. Muitas das mensagens das listas de discussão na Internet sobre o tema, por exemplo, parecem girar sobre essa questão, à medida em que seus interlocutores lutam para desbancar os rumores e as “proto-lendas” tão rapidamente quanto eles chegam a suas caixas de correio eletrônico.

Acredito que se as lendas urbanas forem vistas como processos discursivos complexos – motivados em seu percurso por essas vontades de verdade, poder e saber histórica e ideologicamente constituídas – e não como meras narrativas populares, facilmente descartáveis, o estudo desse fenômeno poderá adquirir uma riqueza analítica substancial.

Considerações finais

Lendas urbanas podem suscitar ações concretas decorrentes muitas vezes do grau de ansiedade e temor que elas vêm a gerar em certas pessoas. Por exemplo, muitas pessoas passaram a limpar cuidadosamente – até mesmo com cloro, em certos restaurantes de São Paulo – as tampas de latinhas de refrigerante quando do surgimento, há alguns anos, da história de que essas eram contaminadas por urina de rato. Outras pessoas tomaram a triste decisão de aposentar para sempre o uso do tradicionalíssimo *merthiolate*, uma vez que “hoje já se sabe” que sua ação curativa é nula, ou seja, “não serve para nada”. Ainda outras fizeram questão de que todos os membros de sua lista de correio eletrônico conhecessem e se sensibilizassem com o sofrimento de crianças em estado terminal de câncer ou leucemia, promovendo com o ato uma verdadeira corrente de “contribuição monetária virtual”

Defendo, no entanto, a tese de que ações mais reflexivas possam surgir a partir do contato com o fenômeno das lendas urbanas. Na posição de professor de inglês como língua estrangeira, mais especificamente, defendo a idéia de que é possível introduzir o tema das lendas urbanas em materiais didáticos e programas de ensino desse idioma de maneira crítica e instigante para os alunos.

Como sugeri na introdução, todos nós ao menos ouvimos falar de narrativas desse tipo, isso quando não temos nossas próprias contribuições a acrescentar ao repertório coletivo. Um levantamento do conhecimento prévio dos alunos a respeito – isto é, que histórias habitam sua memória coletiva, que diferenças podem apontar entre esse e outros gêneros de histórias, etc. – seria um bom ponto de partida para diagnosticar o potencial de discussão do tema. Gradativamente o professor poderia introduzir questões mais críticas envolvendo desde o contextos culturais em que essas histórias são produzidas e consumidas (“Por que são tão populares na cultura americana?”, “O que leva as pessoas a enviarem essas mensa-

gens para seus conhecidos e amigos?”, “Que fatos históricos e do cotidiano podem ter originado tal ou tal história?” por exemplo), as diferentes atitudes que as pessoas podem ter diante dessas histórias (o que inevitavelmente traria à tona a questão da veracidade), até os valores e conceitos sociais que se estão criando e reforçando com essas histórias.

Ajudar, enfim, a enxergar o caráter sempre parcial e cumulativo das verdades veiculadas e suspender a força que impele os discursos a se inserir em uma cotidianidade naturalizada. Estaria aí, nessa possibilidade, “o ponto de tensão entre conservação e mudança, em torno do qual se processam os grandes embates” (Motter: 2001: 54).

Seria preciso uma análise de inúmeras outras lendas como a que escolhi para se ter uma idéia mais ampla de como funciona o gênero. Tal análise seria certamente fundamental para o estudo das condições de produção do discurso da lenda como gênero, bem como outras questões levantadas pelos teóricos aqui discutidos, em particular as relações entre lendas, cotidiano e memória e as entre discurso, poder/saber e verdade. De qualquer maneira, acredito ter sido possível extrair de uma só lenda elementos bastante operantes e pertinentes ao tipo de análise que pretendo ainda desenvolver. Isso levando em conta sempre que um discurso não se encerra em si próprio. Muitas das generalizações em que incorremos se devem a essa ilusão de enxergar o discurso em uma materialidade lingüística fechada, e não como um processo dialético, que reflete mas também refrata a ação do sujeito na sociedade.

ABSTRACT: *This paper aims at discussing the genre urban legends as a discursive practice and in its interface with issues of everyday life and the construction of truth. One of such legends, circulating on the Internet since 2001, is analysed in particular.*

KEY WORDS: *urban legends; discourse; everyday life; truth; English teaching*

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, M. (Volochinov) (1929/1997) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 8ª edição.
- _____ (1952-3/2000) "Os gêneros do discurso", in: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 3ª edição.
- BAUMAN, Z. (1998) *O Mal-Estar na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____ (2003) *Comunidade – A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BENJAMIN, W. (1936/1987) "O Narrador – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov" (pp. 197-221), in: *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense.
- BIRD, S. E. (2002) "It Makes Sense to Us: Cultural Identity in Local Legends of Place", in: *Journal of Contemporary Ethnography*, Vol. 31 No. 5 519-547. London: Sage.
- BRAIT, B. (1997) "Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem" (pp. 91-104), in: BRAIT, Beth (org.) *Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido*. Campinas: Editora da Unicamp.
- BRANDÃO, H. H. N. (1995) *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
- BRUNVAND, J. H. (2002) *Encyclopedia of Urban Legends*. New York: W.W. Norton & Company.
- CHERAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. (2004) *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto.
- DÉGH, L. (2001) *Legend and Belief – Dialectics of a Folklore Genre*. Bloomington: University of Indiana Press.
- ELLIS, B. (2001) *Aliens, Ghosts, and Rituals – Legends We Live*. Jackson: University Press of Mississippi.
- FERNBACK, J. (2003) "Legends on the Net: An Examination of Online-Mediated Communication as a Locus of Popular Culture", in: *New Media & Society*, Vol. 5 (1) 29-45. London: Sage Publications.
- FINE, G. A. (1992) *Manufacturing Tales. Sex and Money in Contemporary Legends*. Knoxville: The University of Tennessee Press.
- FOUCAULT, M. (1971/1996) *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 3ª edição.
- _____ (1979/1996) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 12ª edição.

- _____. (1997) *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1999) *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- FULFORD, R. (1999) *The Triumph of Narrative – Storytelling in the Age of Mass Culture*. New York: Broadway Books.
- GRIGOLETTO, M. (2002) *A Resistência das Palavras*. Campinas: Editora da Unicamp.
- HALBWACHS, M. (1990) *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- HELLER, Agnes (1985) *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LEFEBVRE, H. (1991) *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática.
- MAINGUENEAU, D. (1987/1997) *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 3ª edição.
- MOTTER, M. L. (2001) *Ficção e História: Imprensa e Construção da Realidade*. São Paulo: Arte & Ciência, Villipress.
- ORLANDI, E. (1999) *Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes.
- _____. (2001) *Discurso e Texto – Formulação e Circulação de Sentidos*. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, M. (1975/1995) *Semântica e Discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2ª edição.
- _____. (1983/1997) *Discurso – Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2ª edição.
- SCHAFF, A. (1978) *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- WHATLEY, M. H. & HENKEN, E. R. (2000) *Did you Hear About the Girl Who...? – Contemporary Legends, Folklore, and Human Sexuality*. New York and London: New York University Press.